

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO INSTRUMENTAL.

Dirce Charara MONTEIRO*

RESUMO: Este trabalho apresenta alguns problemas suscitados pelo caso Instrumental e discute algumas soluções, nem sempre satisfatórias, propostas por Fillmore e por seus seguidores.

UNITERMOS: Teoria lingüística; Gramática dos Casos; Caso Instrumental.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo reunir algumas informações sobre o caso Instrumental (I), tomando como ponto de partida as concepções iniciais de Fillmore(8) e as reformulações e críticas que este conceito sofreu e vem sofrendo pelo próprio Fillmore e por todos aqueles que se ocuparam, de uma forma ou de outra, da Teoria dos Casos. Pretende-se com isso fornecer elementos para algumas reflexões, bem como para o levantamento de mais problemas relativos a esse caso.

A LOCALIZAÇÃO DO CASO INSTRUMENTAL: NA MODALIDADE OU NA PROPOSIÇÃO?

A Gramática de Casos, tal como proposta inicialmente por Fillmore (8), pretende descrever a estrutura profunda de uma língua nos seguintes termos: a) a oração básica é constituída de uma Modalidade (M) + Proposição (P), sendo que a P, por sua vez, compõe-se de um verbo mais um arranjo de casos (V + Cn); b) os casos identificam os papéis que as entidades têm na predicação; c) existe uma hierarquia para os casos, e é esta hierar-

quia que determina a seleção do sujeito e de outras funções na superfície.

O principal problema que se colocou para Fillmore e seus adeptos foi a dificuldade de se estabelecer um número definido de casos proposicionais e modais e uma maneira inequívoca de identificá-los. Alguns casos são mais facilmente reconhecíveis e aceitos quase sem discussão pelos seguidores de Fillmore. É o caso do Agente (A), por exemplo, com certeza incluído na proposição como um caso obrigatório. O caso I é mais controverso, porque ora aparece incluído na proposição, ora na modalidade. Lakoff(13), num artigo anterior à consagrada obra de Fillmore(8), já discutiu amplamente o I e conseguiu argumentar satisfatoriamente, a partir da análise de duas estruturas diferentes em que o I ocorre, que elas seriam idênticas na estrutura de superfície, mostrando que o I é um advérbio de instrumento que só ocorre na superfície. A posição de Lakoff aproxima-se mais da de Cook(5) do que da posição de Fillmore.

Fillmore(8) incluiu, sem maiores discussões, o caso I na proposição. Na reformulação de alguns pontos de sua teo-

* Departamento de Didática — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP

ria(7), fala na possibilidade do I ser considerado um caso derivado, o que o excluiria automaticamente do rol dos casos básicos, pois seria resultante da combinação de dois eventos. Não chega, contudo, a desenvolver este ponto.

Um argumento que poderia ser utilizado em favor de sua permanência na proposição é o usado por Fillmore(10), quando diz que “todos os elementos adverbiais capazes de se tornarem sujeitos ou objetos são introduzidos na expansão da proposição; todos os outros são elementos da modalidade”. Ora, este é o caso de I que, na falta de um Agente, pode ser alçado à condição de sujeito.

1) João quebrou a janela *com um martelo*.

2) *Um martelo* quebrou a janela.

3) João usou *um martelo* para quebrar a janela.

Fillmore(9), na sua nova maneira de abordar os casos, estabelecendo a ligação entre os casos profundos e as noções de superfície, como sujeito e objeto, por meio da idéia de perspectiva cênica (*perspective into scenes*), aponta a possibilidade do I vir a funcionar como elemento nuclear, isto é, como sujeito ou objeto direto, reforçando assim o argumento de que o I seria um caso proposicional.

McCoy considera o caso I como caso proposicional, incluindo-o, juntamente com os casos Matéria e Conteúdo, num grupo mais amplo, por ela denominado Grupo de Meio.

Cook(5) é o mais radical, pois exclui claramente o I dos casos proposicionais, incluindo-o na subcategoria Modo, da Modalidade. Quando o Instrumento coocorre com o Agente, pode ser tratado como uma modalidade de modo; quando o Agente está apagado, o I pode ser tratado como Agente. A junção de A e I num único hipercaso ajuda, segundo Cook, a focalizar a atenção sobre tipos de verbos causativos, estáticos e dinâmicos.

Chafe(1, p.164), apesar de não ser tão radical quanto Cook, considera o I menos intimamente ligado ao verbo do que os demais casos, não havendo nenhum traço seletional inerente ao verbo que solicite um nome instrumental.

Uma das características dos casos da modalidade é que eles se aplicam à proposição como um todo, tanto que Leech propõe tratá-los como um tipo de predicação mais elevada. Assim sendo, o caso modal teria uma aplicabilidade mais ampla no sentido de que poderia ocorrer com amplas classes de verbos, sendo geralmente opcional nas estruturas nas quais ocorre. Este não é bem o comportamento do I, uma vez que ora pode ser obrigatório, ora facultativo. Talvez fosse o caso de subcategorizá-lo em um Instrumental-interno e externo, a exemplo da solução dada por Cook(5) para o Locativo e o Benefactivo. Assim, em estruturas como *A faca* cortou o pão, com verbos de processo, isto é, sem um agente presente, o I seria obrigatório, enquanto com verbos de ação-processo, isto é, com o agente presente, ele seria deslocado para a modalidade: João cortou o pão *com a faca*.

A IDENTIFICAÇÃO DO CASO INSTRUMENTAL

Uma das aspirações de Fillmore(8,9), como já mencionamos anteriormente, é de que haja procedimentos inequívocos para a determinação dos casos, pois, se assim não for, toda a sua teoria se desmoronará. Um procedimento bastante comum para a identificação de papéis causais tem sido a seleção de traços relacionais pertinentes a cada um deles. Neste tipo de tentativa, é comum encontrar-se mistura de traços relacionais e lexicais, pecado esse em que incorreu o próprio Fillmore(8) e do qual se penitenciou na última versão de sua Gramática de Casos(9).

1. Traços Relacionais

Fillmore, na sua definição do caso I, “caso de força ou objeto inanimado, cau-

salmente envolvido na ação ou estado identificados pelo verbo” (8, p. 24) já fornece alguns traços lexicais e relacionais: //+causa// e [-animado]. Posteriormente (7, p. 43) vai reforçar este traço relacional //causa// ao distinguir entre causas principais e causas imediatas ou secundárias, na sua preocupação de investigar esta noção “causa” no agente e no instrumento. Fala assim de uma corrente causativa, isto é, quando uma cadeia de elementos causadores de uma ação ocorrer na descrição de uma cena, apenas a causa principal (A) e a causa imediata (I) são mencionadas.

Lambert (14) parece concordar com Fillmore mas subcategorizou o I em I-instrumento e I-forças (da natureza). Lambert considera um traço //+causa// e //+origem// tanto em A como em I. Diz ela que, no fundo, causa é “origem da ação”. Os argumentos por ela utilizados para subcategorização de I são:

a) nomes de força não podem ocorrer como objeto direto de *usar*, com um A como sujeito:

4) *Ele usou o *vento* para abrir a porta.

b) nomes de força não podem ter o traço //+ intenção//:

5) O *vento* abriu a porta.

McCoy (16, p.64) não concorda com o desmembramento de I. Acha inútil propor mais um caso para Forças da Natureza. Considera os chamados nomes de força como agentivos ou causativos. Para ela o agentivo contém o traço seletional //± intenção//, resolvendo facilmente situações como 6 e 7:

6) O *vento* bateu a janela com o ramo.

7) Os *moleiros* moíam o grão com o vento.

8) O *frio* fez com que os soldados construíssem uma cabana.

O último enunciado é um exemplo de causativo com o traço //-intenção//.

Independentemente de concordarmos ou não com a posição de McCoy, temos que reconhecer que revela coerência, porque o seu Agentivo, como já vimos, possui o traço //± intenção//, podendo assim incluir as forças da natureza.

Lambert (14), Lee (15) e Hudleston (11) opõem o A ao I pela presença ou ausência do traço //intenção//. Assim, o A conteria o traço, enquanto que o I apresentaria tal traço negativamente.

Shroyer (20), Fillmore e McCoy concordam com a posição desses três lingüistas, dizendo que os Instrumentais só ocorrem quando há um agente, na superfície ou na estrutura profunda, e, portanto, sempre há volição.

Fillmore(8) é coerente quanto à seleção deste traço, pois considera nomes de força como I e não como A, uma vez que, para ele, A implica //+ intenção//. Posteriormente, Fillmore vai repensar este problema, mas parece continuar mais inclinado a considerar forças como I. Chega a aventar a hipótese, também proposta por Cook(5), da existência de um hipercauso que englobasse o A e o I e que ocorresse quando todos os outros traços fossem neutralizados, com exceção de //causa//. Isso resolveria o problema da colocação das forças da natureza. Fillmore(7), refletindo sobre o agrupamento de forças no caso I ou no caso A, apresenta um argumento que nos parece equivocado. Afirma que o A sempre pode ocorrer com I na superfície, ao passo que forças não podem. O exemplo por ele citado - *Thunder Frightened the cattle with the lightning* - parece-nos incorreto, visto que a inaceitabilidade do enunciado acima decorre não da incompatibilidade de Força com I, mas de restrição de seleção semântica entre eles.

Para McCoy, além do traço relacional //causa//, outro traço relacional //+ativo// caracteriza o I. Assim, de

acordo com a matriz de traços por ela proposta, o I ficaria assim definido:

Traços \ Caso	Causa	Instigador	Perf.	Intenção	Efeito	Origem	Meta	Ativo	Controle	Afetado
Instrumental	+	-	-	-	-	-	-	+	-	-

Em geral parece que a maioria dos lingüistas concorda quanto ao traço // + causa//. Quanto ao traço // + ativo//, enquanto traço relacional, é contestável. Nilsen (18) diz que talvez não seja um traço relacional e o elimina da sua ma-

triz, construída a partir da redução de casos propostos por McCoy. Nilsen é um reducionista que se preocupou com uma hierarquização dos traços e que propõe a seguinte matriz para o I:

Traços \ Caso	Controlador	Controlado	Causa	Efeito	Origem	Meta	Todo	Parte
Instrumental	-	+	+	+	+	+	-	+

- ————— + →
amplitude

Também concorda em que o traço // + causa// esteja presente no I, mas revela-se incoerente no momento em que propõe que os casos venham aos pares e assinala positivamente dois elementos do mesmo par. Assim, se um caso for // + controlado//, deverá ser também // + efeito// e // + meta//, uma vez que o percurso é do menos para o mais amplo, mais abrangente.

Nilsen propõe também uma relação todo-parte, mais abstrata que origem-meta, e que incluiria, por exemplo, o Instrumental. Em *João quebrou a janela com o martelo*, o martelo estaria sob a jurisdição de João, ao menos temporariamente, para que ele pudesse usá-lo. A parte poderia também vir apagada, se se tratasse de uma parte do corpo. Neste caso, só viria expressa se se tratasse de ênfase ou qualificação:

10) A mãe olhou o filho *com olhos chorosos*.

Voltaremos a tratar deste assunto quando discutirmos a manifestação do I nas estruturas de superfície.

Allan Stevens(21) sugere que o Benefactivo, o Instrumental, o Partitivo e o Comitativo sejam reunidos sob a categoria "associativos". Nilsen rejeita esta proposta alegando que associativo é traço sintático e não semântico.

O traço // + controlado// foi proposto por Nilsen para o I mas não é aceito por Fillmore, uma vez que, para ele, o vento, em *O vento abriu a porta**, é I e não A e apresenta o traço // - controle//. Por outro lado, em *O revólver disparou acidentalmente*, existe um A subjacente que não exerceu o controle da ação. Logo, o revólver é // - controlado//.

* Trata-se, na realidade, de um Causativo, uma vez que o vento é que provocou a abertura da porta

Aplicando-se a transformação *usar/com*, um dos testes propostos para o Instrumental, pode-se perceber melhor a atuação do traço //controlado//:

12) * Alguém usou um revólver para disparar acidentalmente.

13) Alguém disparou acidentalmente com um revólver.

Mas, os dois enunciados seguintes são gramaticais e aceitáveis:

14) Alguém usou um revólver para disparar três vezes.

15) Alguém disparou três vezes com um revólver.

Cook (4) também concorda com o traço // +causa// no caso I. A única afirmativa destoante do conjunto parece ser a de Chafe (1, p. 152) que diz que um Instrumento é um “objeto que representa um papel no desenrolar de um processo, mas que não é a força motivadora, a *causa* (grifo do autor) ou o instigador.”

2. Traços Lexicais

Os traços lexicais também podem ser de grande valia na determinação dos casos, desde que sejam considerados como tal, isto é, distintos dos traços relacionados com os quais são freqüentemente confundidos.

Já mencionamos que Fillmore considera o traço [-animado] como um traço lexical do I. A aceitação deste traço contudo não é unânime. O primeiro a discordar desta posição é Postal que diz que o exemplo 16 desmente isso:

16) Eu bati-lhe na cabeça com uma cobra
+ animado

Fillmore, no entanto, contrargumenta que a aceitabilidade de uma oração como 16 justifica-se pela existência, na estrutura profunda, do sintagma *com o corpo de* (uma cobra). Reforça este argumento, citando línguas que em casos semelhantes exigem uma indicação, no radical, do conceito “corpo”. Cita também

Lakoff(13) que aponta a inaceitabilidade de orações como:

17)* João quebrou a janela consigo.

Em 17, o I, *o seu próprio corpo*, viria necessariamente apagado na superfície, mas estaria certamente presente na estrutura profunda.

Nilsen não se satisfaz com essa explicação, descartando o traço [-animado] do I. Diz que o controlador, o Agente, só pode ser animado, mas o I pode ser [+animado]. Exemplifica com os seguintes enunciados:

18) João usou *a corda* para amarrar o ladrão.

19) Nixon usou *Agnew* para promover sua política no Vietnã.

Shroyer(20), dividiu o I em três casos: I — controlado, I — sem controle, e I — ação, sem contudo discutir o porquê desta subdivisão.

Ainda quanto ao traço [+animado], talvez seja necessário discutir um pouco o que tem sido considerado como tal, Cruse(6) compartilha com Chafe a idéia de que os objetos que utilizam sua própria energia, que sejam automotivados ao realizar uma ação, possuem este traço lexical. Os exemplos de Cruse esclarecem melhor os tipos de nomes que eventualmente poderiam executar a ação, no caso seriam agentes e não instrumentos, como Fillmore advoga:

20) *A máquina* desliga-se automaticamente às 6 horas.

21) *O fogo* destruiu a plantação.

22) *A bala* fraturou os ossos de João.

Em 22, *a bala*, apesar de ser claramente [-animada], adquiriu uma agentividade temporária. Este exemplo é muito controvertido, pois pode-se dar o caso de haver um instrumento controlado por outro instrumento, como lembra Nilsen.

Fillmore foi muito criticado por Nilsen por considerar todos os realizadores

inanimados, tais como os mencionados em 23, 24 e 25, como I:

23) *O vento* abriu a porta.

24) *A pedra* quebrou a janela.

25) João quebrou a janela *com um martelo*.

Para Nilsen, o exemplo 24 tem duas interpretações:

26) Como resultado da explosão, a pedra quebrou a janela.

27) A pedra foi usada com sucesso para quebrar a janela.*

Em 26, a pedra seria considerada um A, ** enquanto que em 27, seria um I.

A aceitação deste traço acaba criando um impasse. Em 23 é impossível aplicar a transformação *usar/com*, própria do I. Por outro lado, não pode ser considerado agentivo uma vez que, para Fillmore, o agentivo é [+animado]. Assim, ou retira-se o traço [+animado] do agentivo ou cria-se um causal, no qual seriam incluídas as forças da natureza. Não se pretende resolver este problema agora.

Ainda ao tratar dos casos lexicais, McCoy levanta o problema da leitura literal e não-literal (do "nonsense" também):

28) A agulha atravessou o couro.

29) O grito atravessou a noite.

30) *A agulha furou o silêncio.

31) *O grito atravessou o couro.

Os enunciados 30 e 31 seriam viáveis num outro nível, o conotativo. Parece, entretanto que, quando se passa para o domínio da metáfora, temos que considerar um problema muito sério que é a mudança de nível lingüístico, do denotativo para o conotativo, passando a funcionar outros tipos de seleção e de restrições de seleção que explicariam perfeitamente 30 e 31.

DOMINÂNCIA CASUAL E TOPICALIZAÇÃO

O caso Instrumental, segundo McCoy, é geralmente dominado por um Agente (esteja ele presente na superfície ou não), uma vez que indica o instrumento por meio do qual o agente executa a ação proposta pelo verbo. Nilsen endossa esta afirmativa, dizendo que sempre que uma relação causa-efeito estiver presente, o A e o I estarão presentes na estrutura profunda, mesmo que um deles não ocorra na superfície.

Como uma consequência da dominância casual, Fillmore nos diz que a possibilidade de I ser topicalizado é realizada quando A estiver apagado. McCoy acrescenta que não pode restar nenhum vestígio de A na superfície, como por exemplo a partícula *se*, para que I se torne sujeito:

32) *A chave* abriu a porta.

33) *Esse sabão* lavou a roupa muito bem.

34) **Esse sabão* lavou-se a roupa muito bem.

Nilsen critica Fillmore, julgando-o muito simplista em sua proposição de topicalização, isto é, da esquerda para a direita, seguindo a ordem A, E, I, O, Or, M, L, T. Aponta subgrupos de verbos com os quais, mesmo com o A apagado, o I não pode ocorrer como sujeito. Serão citados aqui apenas alguns desses verbos por ele arrolados, como, por exemplo, *beber*, *comer*, e outros. Embora a observação de Nilsen seja pertinente, parece que ele foi um pouco apressado ao propor sua relação verbal compatível ou não compatível com I como sujeito, pois muitos deles aceitam perfeitamente a topicalização de I, como é o caso do verbo *unir*:

35) a. Ele uniu as partes *com cola*.

b. *A cola* uniu as partes.

* Chafe vai postular a existência de uma unidade derivacional "bem-sucedido" (*successful*) para o caso I.

** Julgamos mais adequado considerar a *pedra* em 26 um Causativo.

Outro caso citado por McCoy é que o sujeito do verbo *servir* pode ser um I topicalizado. No espanhol, o agentivo pode ocorrer com *-le* topicalizado, ou pode ser apagado na superfície.

36) a. "El jabón le servió a Domitila para lavar la ropa." b. *O sabão lhe serviu a Domitila para lavar a roupa.

O caso I também pode ser objeto de *usar* e *aproveitar*.

37) Domitila usou o sabão para lavar a roupa.

38) Domitila aproveitou a água para lavar o chão.

MARCADORES DE SUPERFÍCIE

Não existe uma relação biunívoca entre caso e marcador de superfície, embora Fillmore(8) tenha apontado certas preposições como mais frequentemente associadas a alguns casos*. Nilsen interpretou mal esta afirmativa de Fillmore, e critica-o, mostrando que os marcadores de superfície são muito variáveis. Exemplifica com a preposição *com*, em Inglês:

39) *He went with John*. (Ele foi com João) — Comitativo.

40) *He remained with John*. (Ele ficou com João) — Locativo.**

41) *He hit the ball with a bat*. (Ele bateu na bola com um bastão) — Instrumental.

42) *He saw a monster with six heads*. (Ele viu um monstro de 6 cabeças) — Possessivo.

43) *He stocked the stream with fish*. (Ele abasteceu o regato de peixe) — Objeto.

44) *He sang with unexpected enthusiasm*. (Ele cantou com um entusiasmo inesperado) — Modo.

Enquanto que nos seis exemplos acima a preposição *with* aparece como marcador de superfície de casos muito variados, nos exemplos que se seguem, o caso instrumental é indicado na superfície por preposições diversas:

45) *I hit him with a rake*. (Bati-lhe com um ancinho) — I.

46) *We made the trip by auto* (Fizemos a viagem de carro).

47) *We came the whole way in a car*. (Nós viemos o caminho todo de carro).

48) *We came on horseback*. (Viemos a cavalo).

49) *He died from an overdose of sleeping pills*. (Ele morreu de uma dose excessiva de pílulas para dormir).***

Tendo em vista os exemplos acima, vê-se que a afirmativa de McCoy segundo a qual o caso I ocorre após a preposição *com* ou *por meio de* é muito simplista. Cita o exemplo:

50) O pesquisador fotografou o vírus *por meio de* (= com) um microscópio potentíssimo.

Ainda segundo a própria McCoy, o Caso I pode ocorrer também sem preposição, caso venha acompanhado, ou melhor coordenado a outro caso de meio (matéria ou conteúdo). Esta manifestação de superfície parece mais de acordo para o espanhol visto que em português seria considerado inaceitável dizer-se:

51) *A cozinheira recheou os pastezinhos com creme e um confeiteiro.

* Fillmore(9) reviu esta posição, chegando mesmo a confessar que a solução de associar uma preposição a um caso nem sempre se revelou a melhor.

** Não concordamos que seja um Locativo. *Com João* continua a ser um Comitativo, só que acompanhado de um verbo estativo.

*** Preferimos considerar 49 como um Causativo, uma vez que a dose excessiva não foi um instrumento mas sim a razão da morte.

Existe a possibilidade do I ser utilizado sem preposição em português, mas não coordenado a outro caso de meio:

52) Trabalhadores, enxada à mão, punham-se nas ruas e praças a capinar febrilmente. (Hugo de C. Ramos).*

Outra preposição que pode acompanhar o caso instrumental, de acordo com McCoy, é a preposição locativa *em*, que ocorre quando o I indica um instrumento que requer que o objeto afetado seja colocado dentro dele:

53) a. Rosália lavou as cortinas *na* máquina de lavar.

Esta mesma idéia pode ser expressa por meio de um I-oracional:

53) b. Rosália lavou as cortinas, *colocando-as na máquina*.

Julgamos que McCoy simplificou demasiadamente a interpretação destes dois últimos exemplos. Parece-nos que 53a) é ambígua, podendo-se interpretar o sintagma preposicionado como um *Locativo* ou como um *Instrumental*. Já 53b) é mais complexo uma vez que parece tratar-se de uma superposição de casos: o *Modal*, expresso pela oração reduzida (*colocando-as na máquina*) e um *Instrumental* (*na máquina*) nele contido.

O caso I pode vir embutido. É o que Cook (3, p. 64) chama de "*built-in categories*", categorias lexicalizadas. Ao tratar dos quadros casuais exigidos por cada verbo, Cook reconhece que o maior problema são as categorias encobertas, isto é, presentes na estrutura profunda mas ausentes, ou quase, na superfície. Podem ser de três tipos: a) ausentes; b) parcialmente encobertas ou lexicalizadas; c) papéis co-referenciais.

Um exemplo de b), isto é, de categorias lexicalizadas, mostra o caso I embutido no item lexical *pedalando*:

54) Nós viemos de bicicleta.

55) Nós viemos *pedalando*.

Geralmente o I vem lexicalizado nos chamados verbos denominais, isto é, verbos que se originam de nomes, como por exemplo, apunhalar, esfaquear, martelar, e outros.

McCoy também aponta casos em que o I é omitido na superfície. Parece ser o caso dos papéis parcialmente encobertos de Cook (5, p. 62), isto é, está ausente da estrutura de superfície mas é facilmente perceptível pelo analista. Cook cita como exemplo o verbo *cook* (= cozinhar) que sempre implica um O (= objetivo). A omissão do I salientada por McCoy refere-se principalmente a casos em que este papel é representado por uma parte do corpo.

56) a. A mãe olhou o filho (com os olhos).

b. A mãe olhou o menino *com olhos chorosos*. Assim, em se tratando de *partes do corpo*, o I só viria expresso em caso de qualificação (*olhos chorosos*) ou ênfase.

As manifestações superficiais dos casos, muito variáveis nas diferentes línguas, são importantes mas não dão conta do problema. Outros procedimentos serão solicitados dos analistas para decidir sobre a atribuição de papéis casuais.

TRANSFORMAÇÕES

Discutiu-se anteriormente o papel que a estrutura de superfície desempenha na determinação dos casos. Sabe-se também que a intuição, conforme apontou Cook (5, p. 59), tem uma função importante nessa determinação casual, especialmente em se tratando de categorias encobertas, mas as transformações que podem ou não ser aplicadas a cada caso consti-

* Kury (12, p. 41), ao apresentar este exemplo, não estava preocupado, com o Instrumental, mas sim com a presença do Locativo, *à mão*.

tuem uma maneira de formalizar julgamentos introspectivos ou meras manifestações de superfície. Assim, sem exceção, todos os linguistas que se têm ocupado da Teoria dos Casos são favoráveis à busca desses elementos formais, de testes que possam comprovar de maneira objetiva decisões intuitivas quanto aos papéis casuais.

A primeira transformação apontada por Nilsen é a *usar/com*. Um SN que pode ser o objeto tanto do verbo *usar* como da preposição *com* está no Instrumental.

57) Seymour cortou o salame *com uma faca*.

58) Seymour *usou uma faca* para cortar o salame.

Nilsen afirma que Lakoff (13) é a favor do uso desta transformação. Não parece ser bem assim. Lakoff está interessado em provar que 57 e 58 têm a mesma estrutura profunda, apresentando para tanto uma série de semelhanças entre ambas. Seu artigo é anterior à Teoria dos Casos e o uso da transformação *usar/com* não é feito com o intuito de testar o caso instrumental. Pelo contrário, até analisa os diferentes sentidos do verbo *usar*, separando o uso accidental do proposital. Assim, um enunciado como "*I cut my finger with a knife accidentally*" não aceita a transformação *usar* (* Eu usei uma faca para cortar meu dedo acidentalmente) mas nem por isso *faca* deixa de ser um I. Chega até a propor que orações com I accidental tenham estruturas profundas diferentes de orações que contenham um advérbio de instrumento proposital. Verifica-se assim que Nilsen não interpretou corretamente a afirmativa de Lakoff no que se refere ao uso desta transformação *usar/com*. Na realidade Nilsen está interessado em mostrar que a correspondência *usar/com* não é perfeita e que há razões para rejeitar a correlação *usar/com* para a identificação do caso instrumental.

Apoiando-se em Chomsky (2), Nilsen começa mostrando que os dois elementos

(*usar e com*) podem ocorrer num mesmo enunciado:

59) *I used a knife to slice the salami with.*

Em português, uma construção semelhante seria impossível.

Outro argumento levantado por Chomsky e endossado por Nilsen é o da não-sinonímia perfeita entre as duas transformações (*usar e com*):

60) João *usou* aquele buril para esculpir a figura.

61) João *esculpiu* a figura *com* aquele buril.

Segundo ele, pode haver mais um instrumento além do buril, enquanto que, em 61, temos a informação de que *João* usou somente aquele instrumento e nada mais.

Um terceiro argumento diz respeito a casos que aceitam uma transformação e não a outra:

62) João matou-o com uma bala.

63) João usou uma bala para matá-lo. (?)

O segundo enunciado parece um pouco estranho embora não se possa categoricamente afirmar que seja inaceitável. Com relação a este último enunciado (63), Nilsen apresenta mais um problema, apontando a existência de uma hierarquia de instrumentalidade, por termos aqui um instrumento dentro de outro, isto é, a *bala* como componente *do revólver*.

Ainda em relação à diferença entre orações com *usar e com*, Fillmore reconhece a presença do traço // + causa// em ambas, mas aponta a existência do traço // + intenção// em *usar* e //-intenção// em *com*:

64) João esmagou os ovos *com suas botas*.

65) João *usou suas botas* para esmagar os ovos.

Nilsen lembra também um fato de superfície, já mencionado, que nem sempre o caso instrumental aparece com a preposição *com*, podendo aparecer até sem preposição.

Outro problema levantado por Nilsen é a necessidade de parafrasear, que se torna difícil em outros exemplos como é o caso de:

66) O Departamento usa máquinas de ensinar para as aulas introdutórias.

67) O Departamento ...aulas introdutórias com máquinas de ensinar.

McCoy aceita o uso desta transformação para identificar o caso instrumental, mas especifica os contextos em que a transformação *com* pode ser aplicada. Assim, para ela, os instrumentais podem ocorrer após *com* em estruturas com verbos factitivos, como o SN que segue imediatamente o objeto direto. Pode parecer que o I se confunde aqui com o caso Matéria, proposto também por McCoy, mas há uma diferença:

68) Conrado construiu a mesinha *com a serra elétrica*. (I)

69) Conrado construiu a mesinha *com a madeira*. (M)

O I, diferentemente do M, não se torna uma parte do item factitivo:

70) a. A mesinha é de madeira.

b. A mesinha tem madeira.

71) a.* A mesinha é de serra elétrica.

b.* A mesinha tem serra elétrica.

O I também não é selecionado como objeto direto de verbos de transformação (verbos factitivos conversos) e o M é:

72) Conrado converteu a madeira em uma mesinha.

73)* Conrado converteu a serra elétrica em uma mesinha.

O I também se distingue do caso de Conteúdo (C), proposto por McCoy, por-

que não pode ocorrer no lugar de X na estrutura "Isso é de X":

74) Conrado encheu uma garrafa com vinho. (de vinho, ambígua)

75) *Isso é* uma garrafa *de* vinho.

76) Conrado encheu uma garrafa com um funil.

77) **Isso é* uma garrafa de funil.

Parece que McCoy esqueceu-se de considerar aqui o problema de verbos básicos e derivados. Um verbo como *encher*, por exemplo, não é básico e equivale a "pôr algo em". Logo, o *vinho* seria um objetivo e não um caso de Conteúdo. Portanto, o seu terceiro argumento não se sustenta.

Segundo McCoy, o teste para separar I de Matéria, proposto por Lakoff, segundo o qual o I poderia ser objeto direto de verbos que signifiquem "usar até o fim, esgotar", falha quando o I for preenchido por um nome que denote um instrumento que possa ser usado *uma só vez*:

78) Ao construir a mesinha com a serra elétrica, Conrado gastou toda a madeira.

79)*Ao construir a mesinha com a madeira, Conrado gastou a serra elétrica.

80) Ao acender a fogueira, C. gastou os fósforos.

81)*Ao acender a fogueira, C. gastou o acendedor.

Parece que McCoy interpretou mal as idéias de Lakoff. O que ele pretendeu fazer foi arrolar os vários usos do verbo *usar*, entre eles o de "consumir, gastar", tentando mostrar que, provavelmente, "use up" teria uma estrutura profunda diferente de *usar*.

A possibilidade de dois casos semelhantes serem coordenados, proposta por Fillmore(8), pode ser usada como um teste para os vários papéis casuais e não apenas para o I. Assim:

A O
82) *João* quebrou a *janela*.

I
83) *Um martelo* quebrou a *janela*.

84)**João e um martelo* quebraram a *janela*.

McCoy propõe coordenar com *em vez de*:

85)**Ele* usou *madeira* em vez de *serra elétrica* para fazer a *mesa*.

Outro teste proposto por McCoy é verificar a possibilidade do SN ocorrer após *por obra de* (= por causa de). Neste caso fica difícil distinguir o I na posição de sujeito de agentivos com o traço [-humano] também na mesma posição:

86) Os ramos da *árvore* romperam o *vidro*.

87) O *vidro* rompeu-se *por causa dos ramos da árvore*.

88) O *vento* rompeu o *vidro* com os ramos da *árvore*.

89) O *vidro* rompeu-se *por causa do vento*.

Esta colocação só se justifica dentro da perspectiva de McCoy, uma vez que ela considera o A como [+humano]. Já Fillmore considera o *vento* como I, não havendo necessidade de diferenciar os dois. Este teste não nos parece muito bom, pois confunde-se com o teste para identificar o causativo, uma vez que o traço //realizador// está presente (cf. 89).

90) O *frio* fez com que os *soldados* construíssem a *casa*.

91) A *chuva* rasgou a *cortina*.

Em 90 e 91 mais dois exemplos de causativos para os quais o teste *por causa de* aplica-se perfeitamente.

Outro teste proposto por McCoy é que o sujeito da oração resultante da transformação *servir* é um caso de Meio*:

92) A *chave* serviu (ao *porteiro*) para abrir a *porta*.

93) A *confusão* serviu (ao *ladrão*) para levar o *colar*.

94) Os *cães* serviram (à *policia*) para caçar o *ladrão*.
Se o verbo for *servir-se de*, ao invés de *servir*, então o objeto é que funciona como I:

95) O *porteiro* serviu-se *da chave* para abrir a *porta*.

O teste da passiva, usado para testar a presença de um agente, pode ter algum valor para diferenciar um agente (preposição *por*) de um instrumento (preposição *com*, etc.)

96) O *vento* destruiu a *ponte*.

97) A *ponte* foi destruída pelo *vento*.

98) A *chave* abriu a *porta*.

99) A *porta* foi aberta com a *chave*.

A vulnerabilidade deste teste está no fato de que exemplos de I em enunciados passivos introduzidos pela preposição *por* são facilmente encontráveis. O próprio exemplo 99 não seria inaceitável se se substituisse a preposição *com* pela preposição *por*:

100) A *porta* foi aberta pela *chave*.
(?).

O teste de focalização do I, proposto por Quirk, para separar os casos de meio, também não é de grande valia uma vez que outros elementos também podem ser focalizados e não apenas os casos de meio:

101) *Foi com uma bala* que ele foi morto (I).

102) *Foi intencionalmente* que estas unidades foram separadas. (M).

103) *Foi Paulo* que matou Pedro com uma *bala*. (A) Em 103 a focalização de

* É conveniente lembrar que McCoy inclui o I, juntamente com M (matéria) e C (conteúdo) num grupo mais amplo que denomina de Casos de Meio.

um agente resulta numa estrutura perfeitamente aceitável.

As transformações acima propostas não são eficazes na determinação inequívoca do caso I. Trazem contudo mais algumas luzes para o problema, bem como aproximam certos casos, deixando entrever alguma possibilidade de tratamento mais abrangente.

CONCLUSÕES

O primeiro problema que se colocou foi o da localização do caso I — na modalidade ou na proposição — e do seu caráter obrigatório ou não, caso seja incluído na proposição. Outro ponto controvertido aqui tratado foi o da determinação dos

traços relacionais e lexicais que entram no caso I. As propostas de transformações para testar se um SN se identifica, ou não, como um I parecem não satisfazer totalmente, trazendo sempre algum outro tipo de problema. Outro ponto que precisa ser mais explorado é o das manifestações de superfície nas diferentes línguas.

Não se pretendeu aqui esgotar nenhum desses itens. Pelo contrário, conforme se afirmou no início deste trabalho, a pretensão era apenas de alinhar alguns elementos sobre este caso específico — o Instrumental —, como ponto de partida para novas reflexões e contribuições à teoria de Fillmore que, apesar de parecer bastante frutífera, ainda não está suficientemente explorada.

MONTEIRO, D.C. — Some considerations about the instrumental case. *Alfa*, São Paulo, 26: 47-59, 1982.

ABSTRACT: This work presents some problems raised by the Instrumental case and discusses some solutions, not always satisfactory ones, which have been proposed by Fillmore and his followers.

KEY-WORDS: Linguistic theory; Case grammar; Instrumental case.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHAFE, W.F. — *Meaning and the structure of language*. 4. impr. Chicago, Univ. Press, 1975.
2. CHOMSKY, N. — Deep structure, surface structure and semantic interpretation. Apud NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Séries Minor, 152).
3. COOK, W.A. — A set of postulates for case grammar. In: O'BRIEN, R.J. ed. — *Languages and linguistics: working papers 4*. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1972. p. 35-49.
4. COOK, W.A. — Case grammar and generative semantics. In: O'BRIEN, R.J. ed. — *Languages and linguistics: working papers 8*. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1974. p. 1-27.
5. COOK, W.A. — Covert case roles. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers 7*. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1973. p. 52-81.
6. CRUSE, D.A. — Some thoughts on agentivity. *Journal of linguistics*, 9: 11-23, 1973.
7. FILLMORE, C.J. — Some problems for case grammar. In: O'BRIEN, R.J. ed. — *Monograph serie on languages and linguistics, n.º 24*. Washington, Georgetown Univ. Press, 1971. p. 35-36.
8. FILLMORE, C.J. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R.T., eds. — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1968. p. 1-88.
9. FILLMORE, C.J. — The case for case reopened. In: COLE, ed. *et alii* — *Syntax and semantics: grammatical relation, 8*. New York, Academic Press, 1977. p. 59-81.

10. FILLMORE, C.J. — Toward a modern theory of case. In: REIBEL, D.A. & SHANE, S.A. eds. — *Modern studies in English*. Englewood Cliffs, Prentice—Hall, 1969. p. 361—375.
11. HUDLESTON, P.D. — Some remarks on case grammar. Apud: NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Série Minor, 152).
12. KURY, A. da G. — *Gramática fundamental da língua portuguesa*. São Paulo, Lisa, 1973.
13. LAKOFF, G. — Los adverbios de instrumento y el concepto de estructura profunda. In: ZAVALLA, V.S., ed. — *Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria*. Madrid, Alianza Editorial, 1974. p. 188-225.
14. LAMBERT, D.M. — The semantic syntax of metaphor: a case grammar analysis. Apud: McCOY, A.M.B.C. — *A case grammar classification of Spanish verbs*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms, 1969.
15. LEE, P.G. — Subjects and agents. Apud: NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Série Minor, 152).
16. McCOY, A.M.B.C. — *A case grammar classification of Spanish verbs*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms, 1969.
17. NILSEN, D.L.F. — Some notes on case grammar. *Word Journal of the International Linguistic Association*, 26: 271—277, 1970.
18. NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Series Minor, 152).
19. QUIRK, R. et alii — *A Grammar of contemporary English*. London, Longman, 1972.
20. SHROYER, T.G. — An investigation of the semantics of English as a proposed basis for language curriculum materials. Unpublished Ph.D. dissertation, Ohio State University. Apud: NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Serie Minor, 152).
21. STEVENS, A.M. — Case grammar in Philippine Languages. Apud: NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Serie Minor, 152).